

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTIANI MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILANA UENOMA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALSUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Diplomacia estouvada



Lula quer posar de estadista e de humanista, mas, ao endossar formalmente uma acusação infundada de genocídio contra Israel, revela que ainda lhe falta o básico: prudência

O governo brasileiro tomou a infeliz decisão de endossar a denúncia por “genocídio” contra Israel apresentada à Corte Internacional de Justiça (CIJ) pela África do Sul no fim de dezembro. Pouco importa se esse alinhamento decorre de ignorância, cálculo político ou má-fé do presidente Lula da Silva e dos acólitos que o orientam na condução da política externa. O fato é que o Brasil só tem a perder se imiscuindo dessa forma lamentável numa questão muitíssimo complexa – e para a

qual não está devidamente apetrechada para exercer qualquer influência relevante.

Em primeiro lugar, é preciso ter claro que o caso apresentado pela África do Sul não leva em conta o fato de que Israel foi atacado por um grupo terrorista cuja missão declarada é exterminar os judeus. Ademais, identifica intenções genocidas em declarações de autoridades israelenses, o que é obviamente insuficiente para caracterizar o crime. Ou seja, não tem bases fáticas e jurídicas sólidas o bastante para instruir uma acusação séria de “genocídio”, nada menos, perante a CIJ. É verdade que Israel, ora governado pela coalizão mais extremista de sua história, tem cometido atos que podem certamente se caracterizar como crimes de guerra em Gaza. Daí a acusar o país de cometer “genocídio” contra os palestinos, no entanto, vai uma distância enorme.

Ademais, não é trivial acusar de “genocídio” um país cuja existência se legitimou justamente por causa da tentativa de genocídio do povo judeu na Europa por parte da Alemanha nazista. Também é particularmente grave acusar Israel de “genocídio” sem considerar que o país só atacou Gaza depois de ter sofrido um massacre inaudito por parte de um grupo palestino que defende a dizimação do povo judeu.

A tipificação do crime de genocídio, aliás, foi a resposta da comunidade internacional à dimensão extraordinária do Holocausto. Ou seja: não é qualquer crime de guerra que pode ser caracterizado como genocídio. Por esse motivo, os chefes de Estado e de governo devem ser extremamente cautelosos ao imputar a alguém ou a algum país a prática de genocídio, sob pena não só de cometer injustiças, mas de banalizar o próprio crime.

Lula da Silva, como é notório desde sempre, carece dessa prudência. Ciente de que a acusação de “genocídio” contra Israel é voz corrente entre a militância esquerdista no Brasil e no mundo, Lula adere ao exagero retórico na expectativa de parecer um humanista, sem se preocupar muito com as consequências práticas de seus atos e

palavras em relação aos interesses do Brasil que ele governa.

Se havia algo que o Brasil poderia ganhar ao se envolver no conflito no Oriente Médio era a confiança tanto de israelenses como de palestinos, dada a tradição de equilíbrio do País nas suas relações internacionais, para se apresentar como um dos possíveis mediadores do conflito. Agora, nem isso. Ao posicionar o Brasil ao lado de um dos contendores de forma escancarada, Lula mina essa confiança, sem que fique claro o que o Brasil ganha em troca – a não ser, é claro, o aplauso dos ditadores e autocratas do tal “Sul Global”, bloco liderado por China e Rússia, que se presta a antagonizar o Ocidente.

Enquanto se dispõe a ser bastante assertivo na condenação de Israel, contudo, Lula tem sido bastante compreensivo com a Rússia do ditador russo Vladimir Putin depois que esta, sem qualquer justificativa, invadiu a Ucrânia e cometeu ali uma série de crimes de guerra. Tampouco se recorda de qualquer iniciativa de Lula para criticar a repressão desumana que a China empreende contra a minoria uigur em seu território. Nada como a solidariedade entre os sócios do “Sul Global”.

Lula vende a ilusão de que é um estadista. Mas decisões como essa, de apoiar uma acusação infundada de “genocídio” contra Israel, só revelam que ainda lhe falta o básico para esse reconhecimento: a cautela diplomática e a firmeza na defesa de princípios humanistas acima de qualquer interesse político-ideológico. ●

O ano mais quente

Recorde de temperatura registrado em 2023 pode ser superado neste e nos próximos anos, com eventos extremos, o que exige eficácia na prevenção e na resposta aos desastres naturais

O ano de 2023 registrou a temperatura média mais alta desde 1850, primeiro ano em que há dados disponíveis e comparáveis, segundo informou o Copernicus Climate Change Service, serviço da Comissão Europeia que monitora as mudanças climáticas na Europa e no mundo. Em todos os aspectos, trata-se de uma marca alarmante.

Ressalte-se que já se previa em 2023 particularmente quente, uma vez que haveria a combinação dos efeitos já rotineiros do aquecimento global com a ocorrência do El Niño, fenômeno que aumenta a temperatura do Pacífico e causa grandes alterações climáticas. Ainda assim, conforme o Copernicus, nenhum dos grandes centros meteorológicos do mundo esperava que o ano

passado seria tão quente como foi.

O centro de pesquisas europeu concluiu que a temperatura média do planeta no ano passado superou em 1,48°C a registrada no período de 1850 a 1900. Nos 12 meses a serem finalizados neste mês ou em fevereiro, essa diferença deverá ultrapassar 1,5°C. Os dados mostram que 2023 não bateu apenas o recorde anterior, de 2016. Na comparação com o fim do século 19, as temperaturas médias ficaram 1°C mais altas todos os dias. “Os extremos que nós observamos nos últimos meses dão um dramático testemunho do quão longe nós estamos agora do clima em que a civilização se desenvolveu”, declarou Carlo Buontempo, diretor do Copernicus.

Essa não é a primeira constatação científica do perigo a que a humanidade está exposta. Mas, certamente, está

entre as mais contundentes. Não apenas os graus dos termômetros escalaram em 2023. Houve também uma redução colossal do gelo marinho da Antártida e temperaturas recordes nas superfícies dos oceanos. As concentrações de gás carbônico e de metano na atmosfera bateram marcas históricas no ano e deixaram uma indelével contribuição para esse quadro climático.

Tão grave quanto a aceleração da temperatura na Terra nos últimos e nos próximos anos, porém, é a incerteza sobre a velocidade com que o mundo descartará a energia fóssil e transitará para as fontes renováveis. Não há outro meio de conter os termômetros.

As fichas estão postas na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática em Belém do Pará, a COP-30. Espera-se de países ricos e emergentes compromissos mais robustos para evitar que a temperatura do planeta supere em 1,5°C a registrada no período pré-industrial. As promessas feitas no âmbito do Acordo de Paris, de 2015, já se mostram muito aquém do esforço necessário.

Por mais positivos que sejam os resultados dessa concertação, a humanidade enfrentará tempestades, secas, inundações e nevascas com frequência e intensidade inauditas. Por mais competentes que sejam os esforços atuais para reduzir a marcha das mudanças climáticas, certamente o

mundo não conseguirá se livrar desses eventos catastróficos. Enquanto a ciência e a tecnologia dão saltos extraordinários, desenvolvendo em um ano vacinas que antes levariam décadas para serem produzidas ou criando sistemas de inteligência artificial que mudarão a face do mundo, a maioria dos países, inclusive os desenvolvidos, ainda não dispõe de bons sistemas de prevenção de tragédias climáticas.

É ocioso lembrar, ademais, que a maior parte das vítimas desses desastres é de populações pobres, cada vez mais desprotegidas. Os estragos, porém, atingem a todos indiscriminadamente, bem como aos cofres públicos. Não é preciso esforço para se recordar das vítimas fatais e dos desabrigados pelas inundações no Rio Grande do Sul em 2023. Ou dos ribeirinhos da Amazônia, sem meios de sobrevivência ao longo da seca, e dos paulistanos expostos a apagões a cada temporal.

A ausência de planejamento, diante de previsões de eventos drásticos, e de protocolos adequados para a proteção, o resgate e a assistência imediata aos afetados significa, potencialmente, a perda de vidas. Preparar as cidades e suas populações para um clima mais insólito é apenas um dos passos imprescindíveis. O que não se pode é aceitar a negligência de governos na prevenção e mitigação dessas reações extremas da natureza. ●